



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

MEMORANDUM AOS DELEGADOS - 11 DE JULHO 2001



ASSUNTO: INFORMAÇÕES GERAIS E MATERIAIS

CAROS CAMARADAS:

1. Desta feita o contacto não conseguiu ser menos espaçado e pelas mesmas razões - por isso não vos vamos maçar com mais desculpas: o barco ANS já é muito grande e temos de arranjar mais pessoal para o guarnecer.
2. Mas vamos ao que interessa. Como os camaradas sabem as últimas lutas foram um êxito do ponto de vista organizativo, da mobilização, da unidade, da mediatização, do civismo evidenciado e da determinação dos militares e militarizados envolvidos. No entanto, e tal como já tínhamos alertado, as suas consequências práticas ainda não se fazem sentir com grande evidência.
3. É certo que motivaram um número categorizado de comentários, maioritariamente favoráveis, como o do Óscar de Mascarenhas que enviamos nesta remessa, e que se revelarão a prazo importantes para o desbloqueamento das soluções. Porém esse desbloqueamento ainda não é visível.
4. Voltam a aparecer estudos e propostas em papel timbrado do MDN, outras nem isso, mas que continuam a não passar de boatos e de intenções que são divulgadas no intuito de gerar confusão, divisão e hesitação na luta. De concreto só existe o que se segue:
 - a. As 50 medidas restritivas anunciadas pelo Primeiro Ministro - só por si este facto indica a razão que os sargentos tinham quando passaram a dirigir-se ao PM para resolver os seus problemas: sem a vontade dele nada se resolve;
 - b. De entre estas medidas, e para além dos cortes nas verbas que colocam em risco a operacionalidade e mesmo a existência das Forças Armadas, importa também destacar a que implica com a suspensão de pelo menos uma incorporação.
 - c. Importa questionar: se as missões são as mesmas, se o serviço a fazer é no essencial o mesmo, se o pessoal RC e RV é recrutado essencialmente de entre o pessoal SEN, quem vai fazer o trabalho? Com este dado é mais fácil a compreensão do que queremos dizer quando mostramos tanta preocupação com a questão do retrocesso funcional e da desvalorização profissional. É que se não há praças... Mas se os sargentos tiverem de fazer o trabalho de praças quem fará o serviço de sargento? E por aí fora. Será talvez por isso que as incorporações na categoria de oficial são mais numerosas do que as de sargento, por exemplo na Força Aérea? Onde iremos parar? E que consequências negativas terão estas mutações na estrutura hierárquica, na disciplina e no funcionamento operacional (já que quanto ao burocrático a diferença talvez não seja de monta)?
 - d. Há a nova Lei de Programação Militar que está a ser negociada entre o PS e o PP, tendo como moeda de troca a concretização de medidas para os ex-combatentes, mas mesmo assim não está certo que seja aprovada.

- e. Há o artigo 31º da LDNFA que está em fase de conclusão na Comissão de Defesa Nacional (CDN) - amanhã dia 12JUL01 será aprovado em sede de comissão para no próximo dia 17JUL01 subir a plenário para aprovação final e global. A versão que está em vias de ser aprovada, tanto quanto sabemos, apesar de conter avanços em alguns pontos, tem motivos de preocupação pois é demasiado vaga e dúbia nos critérios que presidem às restrições, podendo nas leituras restritivas de alguns chefes continuar a ser utilizada para perseguir e punir os dirigentes associativos. Certamente que iremos aproveitá-la ao máximo das suas possibilidades, mas ao fim de tantos anos de luta merecíamos uma revisão mais ousada e consentânea com a prática associativa que conquistámos palmo a palmo.
- f. Devido a estas preocupações e na tentativa de levar os deputados ainda a reconsiderar, estamos a levar a efeito uma recolha de assinaturas, para entregar amanhã dia 12 a primeira tranche e na 2ª feira a segunda tranche, seguida, provavelmente de uma conferência de imprensa. Para 3ª feira, dia da aprovação final e global, prevê-se uma acção surpresa, de âmbito nacional e de todos os militares.
- g. O agendamento da matéria objecto do abaixo assinado com mais de 6200 assinaturas, a alteração de parte do EMFAR, ainda não está concretizado nem sabemos quando será. Também esta frente de batalha terá de levar mais um empurrão.
- h. A revisão do DL 202/93, que deveria ser revista em 98, continua suspensa por o Governo não acreditar nos números apresentados para os postos de COR e TCOR dos quadros dos oficiais da FAP. E com isto somos todos prejudicados: os militares dos outros dois ramos e os sargentos daquele ramo.
- i. Quanto ao resto nada mais há de concreto - só boatos.

5. Portanto só nos resta um caminho: continuar a lutar com grande elevação, civismo, disciplina, agilidade táctica e unidade.

6. Materiais enviados nesta remessa: Boletim 2 de 2001; recorte do artigo do Óscar de Mascarenhas; comunicado nacional número 17; nova ficha de sócio; Memo aos delegados.

7. Continuamos a solicitar aos camaradas que nos façam chegar endereços de correio electrónico para vos fazermos chegar a informação mais atempadamente.

SAUDAÇÕES ASSOCIATIVAS

A DIRECÇÃO
DAVID' PEREIRA
SECRETÁRIO